

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.469.332 - SP (2019/0075484-6)

RELATOR	: MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO
AGRAVANTE	: RÁPIDO D'OESTE LTDA
AGRAVANTE	: ROGERIO ALVES DE OLIVEIRA
ADVOGADOS	: PAULO CÉSAR BRAGA - SP116102 EVALDO RODRIGUES PEREIRA - SP250412
AGRAVADO	: HELCIO SERON DE JESUS
AGRAVADO	: MARCO ANTONIO SERON DE JESUS
ADVOGADO	: JOSÉ FERNANDO TREMESCHIN - SP076468D
AGRAVADO	: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A - EM LIQUIDACAO
REPR. POR	: PEDRO PAULO PEREIRA MOTA - LIQUIDANTE
ADVOGADOS	: DENIS ATANAZIO - SP229058 MARIA EMILIA GONCALVES DE RUEDA - PE023748

DECISÃO

1. Trata-se de agravo interno interposto por RÁPIDO D'OESTE LTDA e ROGERIO ALVES DE OLIVEIRA, contra decisão proferida pelo em. Ministro Presidente do Superior Tribunal de Justiça, que não conheceu do agravo em recurso especial, por intempestividade.

O recurso especial, por sua vez, foi manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado:

Acidente de trânsito. Ação indenizatória.

Indeferida a concessão dos benefícios da justiça gratuita à litisdenunciada, não tendo ela comprovado o recolhimento do valor do preparo, impõe-se o não conhecimento do seu recurso, por deserção.

Não é nula a sentença suficientemente fundamentada, que permite às partes compreender as razões de convencimento do magistrado e exercer o direito de recorrer.

O conjunto probatório revela que foi a conduta negligente e imperita do condutor do coletivo pertencente à viação requerida que deu causa ao acidente, ao realizar conversão sem atentar à movimentação de veículos e pessoas na rua em que ingressava, mas apenas ao que acontecia na parte traseira do ônibus, como declarado por ele à autoridade policial no dia do sinistro, vindo a colidir com a mãe dos autores, que faleceu em decorrência do atropelamento.

Os danos morais são verdadeiramente axiomáticos no caso em apreço, pois não há dúvida de que os autores experimentaram dor, angústia e sofrimento em razão da perda repentina de um ente querido no trágico acidente narrado na inicial. Contudo, a verba indenizatória, fixada em valor equivalente a cerca de 340 salários mínimos, revela-se excessiva e comporta redução para R\$ 190.800,00, equivalente a 200 salários mínimos hoje vigentes.

Apelação da seguradora não conhecida.

Recurso dos réus parcialmente provido.

Nas razões do agravo interno, a parte agravante requer a retratação ou o julgamento no órgão colegiado, com o consequente prosseguimento para análise do recurso especial, no qual apontou ofensa ao disposto nos artigos: a) 11 e 489, *caput*, I, II, III e § 1º, II, do CPC/2015, sustentando que o acórdão recorrido manteve sentença de fundamentação inválida, por basear sua decisão em depoimentos de pessoas que não presenciaram o acidente e em meras suposições; b) 373, I, do CPC/2015, aduzindo que o fato constitutivo do direito não foi comprovado pelos agravados; e c) 186, 187, 734, parágrafo único, 927, 932, III, e 944, parágrafo único, do CC e 14 do CDC, alegando que o valor arbitrado a título de indenização por danos morais é exorbitante.

Impugnação ao agravo interno às fls. 588-596.

É o relatório. Decido.

2. Reconsidero a decisão de fls. 567-568, tendo em vista a tempestividade do recurso, diante da comprovação da suspensão dos prazos.

3. De início, não se pode conhecer da apontada violação aos arts. 11 e 489, *caput*, I, II, III e § 1º, II, do CPC/2015. Isso porque todas as matérias foram devidamente enfrentadas pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente.

4. No que se refere ao art. 373, I, do CPC/2015, a conclusão a que chegou o Tribunal de origem, no sentido de que o conjunto probatório revela que foi a conduta do motorista do ônibus que deu causa ao acidente, decorreu de convicção formada em face dos elementos fáticos existentes nos autos, como observado no seguinte trecho do acórdão (fls. 394-396):

Com efeito, como ressaltado pelo MM. Juiz a quo, os elementos coligidos não permitem aferir, sem margem de dúvida, se a vítima foi atingida enquanto iniciava ou terminava a travessia da via pública, embora a probabilidade maior seja dessa última hipótese, “pois existe um supermercado do outro lado e a vítima carregava uma sacola com mercadorias (depoimento da testemunha Agostinho)”.

De todo modo, esse aspecto perde relevância diante das demais circunstâncias que envolveram o acidente, pois é fato incontroverso que a mãe dos autores foi atingida pela porção dianteira esquerda do coletivo, bem próximo ao meio-fio da Rua Coronel Francisco Schimdt.

Pois bem, no dia dos fatos o próprio requerido Rogério declarou à autoridade policial que “deixava a estação rodoviária intermunicipal e ao fazer a conversão existente para ingressar na Rua Cel. Francisco Schimdt parou e não visualizou ninguém e nenhum veículo pelo retrovisor, acreditando que a vítima transitava por 'um ponto cego', e ao colocar o coletivo em movimento acabou por atropelá-la e transpor uma das rodas traseiras sobre a perna esquerda da vítima” (fl. 28).

Assiste razão aos apelados, portanto, ao imputarem conduta imperita e negligente ao condutor do coletivo, na medida em que admitiu que a cautela adotada ao fazer a conversão foi parar e visualizar se havia transeunte ou veículo pelo retrovisor, ou seja, atrás do ônibus, mas não na parte dianteira, onde acabou ocorrendo a colisão.

Assim, estivesse a vítima iniciando ou concluindo a travessia, o condutor do ônibus deveria estar atento não apenas aos veículos e pedestres na parte traseira, mas, principalmente, àqueles que transitavam na via em que ingressava.

É indubitoso, portanto, que a colisão se deu por desatenção e falta de cautela do motorista do coletivo. Mesmo trafegando em baixa velocidade, dado o porte do veículo, qualquer impacto com pedestres é devastador para estes. Daí porque incumbe ao condutor proceder com o máximo cuidado.

Todavia, pelo que se pode apurar, Rogério decidiu realizar a conversão atentando-se apenas para o que acontecia na parte traseira, razão pela qual, lamentavelmente, acabou por interceptar a trajetória da mãe dos autores, colhendo-a, em seguida, sob as rodas do coletivo.

Enfim, o conjunto probatório aponta para a responsabilidade do corréu Rogério pelo acidente e, em consequência, da requerida Rápido D'Oeste, de quem é preposto.

Rever os fundamentos do acórdão recorrido, para analisar a alegação de que o fato constitutivo do direito não foi comprovado, importa necessariamente no reexame de provas, o que é defeso nesta fase recursal (Súmula 7/STJ) e impede o conhecimento do recurso especial.

5. Quanto aos arts. 186, 187, 734, parágrafo único, 927, 932, III, e 944, parágrafo único, do CC e 14 do CDC, o Superior Tribunal de Justiça possui entendimento uniforme no sentido de que, em sede de recurso especial, a revisão do valor da indenização por danos morais, fixado pelas instâncias originárias, apenas é possível quando aquele for irrisório ou exorbitante.

No caso, verifica-se que o *quantum* indenizatório de 200 (duzentos) salários mínimos para ambos os agravados, em razão do falecimento de sua mãe em acidente de trânsito, foi arbitrado em termos razoáveis, motivo pelo qual não se mostra pertinente sua modificação. Do contrário, a alteração do valor ressarcitório implicaria no revolvimento da matéria fático-probatória, vedado pela Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA PARTE AUTORA.

1. A revisão da indenização por dano moral apenas é possível na hipótese de o quantum arbitrado nas instâncias originárias se revelar irrisório ou exorbitante. Não estando configurada uma dessas hipóteses, não cabe reexaminar referido o valor, uma vez que tal análise demanda incursão na seara fático-probatória dos autos, atraindo a incidência da Súmula 7 do STJ. Precedentes.

2. Esta Corte Superior de Justiça tem entendimento no sentido de que a incidência do referido óbice impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução a causa a Corte de origem.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1375402/MG, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 12/08/2019, DJe 15/08/2019)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. RAZOABILIDADE. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. RECURSO PROTETATÓRIO. INCIDÊNCIA DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO, COM IMPOSIÇÃO DE MULTA.

1. Aplica-se o NCPC a este julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que os valores fixados a título de danos morais, porque arbitrados com fundamento no arcabouço fático-probatório carreado aos autos, só podem ser alterados em hipóteses excepcionais, quando constatada nítida ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, mostrando-se irrisória ou exorbitante, o que não ocorreu no caso.

3. A alteração das conclusões do aresto recorrido exige reapreciação do acervo fático-probatório da demanda, o que faz incidir o óbice da Súmula nº 7 do STJ.

4. Em virtude do não provimento do presente recurso, e da anterior advertência em relação a aplicabilidade do NCPC, incide ao caso a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do NCPC, no percentual de 3% sobre o valor atualizado da causa, com observância da justiça gratuita.

5. Agravo interno não provido, com imposição de multa.

(AgInt no AREsp 1454027/MG, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/08/2019, DJe 14/08/2019)

6. Ante o exposto, reconsidero a decisão agravada, para conhecer do recurso especial e negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 18 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator